

MUDANÇA TECNOLÓGICA E REORDENAÇÃO SOCIAL DA VELHICE¹

*Delma Pessanha Neves*²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise do paradoxo da colocação em prática de um intenso processo de incorporação de mudança tecnológica na região açucareira de Campos (RJ) que, longe de reafirmar os pressupostos da modernização da agricultura, estimulou a reprodução simples de pequenas unidades agrícolas, muitas delas administradas por produtores idosos, orientados pela manutenção de sua posição de chefe autônomo da unidade familiar. A reprodução desta posição se ancora na rejeição de novas técnicas agrícolas, constrangimento a partir do qual é possível assegurar a gestão da reposição dos pressupostos da produção.

TECHNOLOGICAL CHANGE AND SOCIAL REORGANIZATION IN OLD AGE

ABSTRACT

The article presents an analysis of the paradox of putting into practice an intense process of incorporation of technological change in the sugar producing region of Campos county, Rio de Janeiro State, which, far from reaffirming the assumed modernization of agriculture, stimulated the simple reproduction of small agricultural units, many of them administered by elderly producers, oriented to the maintenance of their position of autonomous head of the family unit. The reproduction of this position is anchored in the rejection of new agricultural techniques, a restraint starting from which it is possible to assure the management of the re-establishment of the presupposition of the production.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 50, a agroindústria açucareira no Brasil se submeteu a profundas mudanças nas relações de produção e de trabalho, em face de um

¹ Este trabalho foi apresentado no Simpósio: Impactos tecnológicos na agricultura e suas manifestações sociais, Congresso Internacional de Ciências Sociais de America, Mexico, julho de 1996, graças ao apoio financeiro concedido pelo CNPq.

² Doutora em Antropologia Social, Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Rua Gavião Peixoto 399 aptº 1401, CEP 24.230-091 Icaraí, Niterói, R.J.

crescente processo de mecanização das atividades agrícolas. Por estas mudanças técnicas, a necessidade de força de trabalho foi limitada aos pequenos períodos de plantação e de colheita da cana-de-açúcar. Esta necessidade constricta estimulou a constituição de um mercado de trabalho agregador de trabalhadores em disponibilidade a esta exigência, provocando alterações nos mecanismos de reprodução social dos agricultores. Uma delas foi a prorrogação do tempo de administração do chefe da unidade de produção. Em consequência, aquelas mudanças viabilizaram as condições de possibilidade de uma agricultura modernizada (mecanizada) mantida por produtores velhos.

Neste artigo, analisa-se o paradoxo da colocação em prática de um intenso processo de incorporação de mudança tecnológica que não reafirma a modernização, como frequentemente é suposto. Outrossim, é processo que, pelo contrário, cria as condições de rejeição de novas técnicas, limitando os efeitos dos impactos sociais delas decorrentes e valorizando a reprodução simples dos meios de produção.

Este fenômeno não é específico desta atividade agrícola. Analisando-se as mudanças sociais mais recentes no setor agrícola de países que adotaram a intensificação do processo de interdependência entre agricultura e indústria, inúmeros autores têm destacado a presença significativa de agricultores idosos. Nestas análises, tal fenômeno aparece associado aos problemas decorrentes da sucessão do patrimônio, diante da presença de outras formas de gestão da unidade de produção, distanciadas da tradicional forma familiar, como é também o caso do aumento da presença de mulheres, especialmente solteiras, nesta função (cf. Champagne, 1975, 1986; Champagne & Maresca, 1987; Kayser, 1990; Béteille, 1994).

A REGIÃO AÇUCAREIRA DE CAMPOS E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A região açucareira de Campos constitui uma das mais antigas áreas voltadas para a cultura da cana e a fabricação do açúcar no Brasil (cf. Neves, 1979). Ocupa grande parte do município de Campos (RJ) e áreas periféricas dos municípios de Macaé, São Fidélis, São João da Barra e Conceição de Macabu, abrangendo 200.000ha aproximadamente. Compõe-se de 12 usinas (unidades agroindustriais de produção e beneficiamento da cana-de-açúcar),

de aproximadamente 15.000 fornecedores de cana (produtores autônomos que vendem cana às usinas) e de 40.000 trabalhadores rurais (IBGE, 1985).

A interdependência entre a cultura da cana e a atividade industrial é inerente à transformação dessa matéria-prima em açúcar, melaço, rapadura, álcool, etc., mas foi ampliada e intensificada a partir da década de 50, em virtude da absorção de caminhões e tratores (e seus complementos: arados, carretas, plantadeiras) no processo de trabalho. Novas mudanças técnicas, provenientes do desdobramento do processo de interdependência entre agricultura e indústria, foram acirradas por ocasião da implementação de políticas agrícolas que visavam ao aumento da produção industrial do açúcar – através do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (IAA) (1971/73) – e do álcool – a partir da criação do PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool (1975). O uso mais intenso de instrumentos mecanizados, ampliados pela incorporação de embarcadeiras, e a aplicação de insumos químicos possibilitaram o aumento da produtividade e a diminuição do tempo de trabalho (Neves, 1979, 1986, 1988; Nunberg, 1985).

Na medida em que o uso intensivo de instrumentos mecanizados e a opção pela especialização no cultivo da cana diminuíram o tempo de trabalho nas unidades de produção e exigiram a alocação de trabalhadores temporários a elas externos, o trabalho direto, reservado aos chefes dessas unidades, foi minimizado, restringindo-se praticamente à administração para a maioria deles e também ao trato com o gado, para os produtores mais jovens. Os produtores, conforme a diferenciação social interna, valem-se de administradores para a tarefa de organização e supervisão do trabalho ou realizam eles mesmos essa tarefa. Os filhos dos produtores, que antes se voltavam para o trabalho na cultura da cana, passaram a se dedicar a outras atividades produtivas porque as unidades não demandavam trabalho contínuo e não alcançavam um rendimento que os absorviam.

A descontinuidade da inserção dos trabalhadores temporários na cultura da cana redundou em alterações quanto à constituição do saber, cada vez mais especializado. De modo geral, os trabalhadores temporários limitam-se às tarefas de limpa e corte da cana. A utilização de herbicidas por alguns dos produtores e pelas usinas diminui bastante a demanda de trabalhadores nos tratos culturais. Com o uso da plantadeira, alguns poucos trabalhadores se especializam nas tarefas de plantio, limitadas à coordenação ou à adaptação dos movimentos à velocidade com que esse instrumento desliza nos sulcos.

Por força dessa especialização ou dessa divisão de trabalho, o papel do administrador ou do contratador de força de trabalho tornou-se fundamental. A ele cabe o conhecimento mais genérico e a supervisão, de modo a assegurar níveis adequados de produtividade do trabalho e da produção.

AS EQUIPES DE TRABALHO E A ESPECIALIZAÇÃO DAS TAREFAS AGRÍCOLAS

O mercado de trabalho para a produção de cana, por força das mudanças antes expostas, reordenou-se pela constituição de equipes especializadas de prestação de serviços. Esta forma de organização é mais adequada às alterações das demandas, restritas em tempo para cada unidade de produção. Associando-se a uma equipe, os trabalhadores podem controlar o tempo de absorção pelo mercado de trabalho, atendendo a inúmeras unidades agrícolas no decorrer do ciclo produtivo.

Tais equipes constituem-se em formas diversas de organização. Algumas, a partir da aglutinação das unidades de cooperação do trabalho familiar, associam-se à mão-de-obra disponível em cada família (geralmente nuclear) de produtor. Aglutinando-se a partir de laços de solidariedade e interdependência, propiciam a inserção das unidades produtivas numa especial divisão social de trabalho. Apresentam-se como formas de rearticulação das relações de trabalho e de reordenação dos grupos de entreajuda, expressando a emergência de um modo especializado de produzir pela aglutinação de grupos domésticos que têm enfraquecido o caráter familiar da produção. Asseguram a reprodução das unidades familiares de produção frente às novas condições sociais de produção. São lideradas pelo tratorista, geralmente o proprietário do maior volume de instrumentos mecanizados que cada uma delas pode contar e atendem apenas às demandas dos seus participantes.

Outras associam trabalhadores rurais livres, cuja oferta de trabalho só pode ocorrer a partir da prestação de serviços mecanizados. Constituem-se em torno do tratorista, condutor e proprietário dos equipamentos mecanizados, profissional especializado e contratador dos serviços. Circulam por várias unidades de produção nos diversos momentos do ciclo produtivo – plantio, limpas, corte e embarque. Neste caso, o tratorista torna-se empresário, “técnico” local, supervisor dos trabalhadores durante todo o

processo produtivo e administrador do pagamento destes serviços pela usina.

Outras, por fim, são organizadas pela administração da usina, para a realização das tarefas em suas fazendas e junto a unidades de produtores de cana que contratam este serviço³. Os trabalhadores são contratados durante o período de corte e embarque das canas.

Associando-se a esta forma de organização dos mercados de trabalho e de serviços, a administração da usina também reconhece os líderes das turmas de trabalho organizadas por produtores ou empreiteiros. Este reconhecimento se dá pela utilização destas equipes nas atividades de colheita, mas também pela incorporação do cálculo do pagamento dos serviços. Os produtores de cana vão encaminhando para a usina a quantidade de cana colhida a cada dia. Na balança da usina, o volume recebido é anotado na ficha de cada um deles. Ao final de cada semana de colheita, a administração da usina contabiliza o volume total da entrega e faz o cálculo correspondente ao pagamento do serviço do tratorista e dos cortadores de cana, adiantando esta parte de pagamento. Deste modo, permite que os produtores que utilizam este tipo de serviço não se vejam obrigados a antecipar recurso financeiro para o pagamento do custo de parte do processo produtivo.

Por toda esta forma de organização, se o produtor decidir pela manutenção da especialização na cultura de cana, a ele cabe a gestão dos serviços e trabalhos necessários para a contratação de equipes especializadas no plantio, limpeza, corte e carreto da cana. Ele pode liberar toda a mão-de-obra outrora disponível, ou todos os membros produtivos da família, e permanecer na administração da unidade de produção.

O desenvolvimento desse mercado de trabalho especializado abriu alternativas de investimentos em novas carreiras para os filhos dos produtores de cana (se incorporados a outras atividades produtivas), ou modos diversos de obtenção do rendimento (se absorvidos na administração do patrimônio). Neste caso, o produtor se viabiliza pela dupla constituição da posição: produtor de cana e tratorista-empregado de trabalhadores e serviços. Para tanto, contudo, o chefe da unidade de produção deve ser

³ Sobre as condições de trabalho organizadas a partir da administração das usinas, ver Neves (1983, 1986).

detentor de capital para o investimento na compra de instrumentos mecanizados e acessórios.

Os tratoristas são os responsáveis por boa parte do conhecimento até então acumulado pelos produtores de cana, pela recriação de instrumentos e técnicas e pela diminuição de custos de produção. Eles não só devem dominar a direção e o manuseio das máquinas, como também construir ou ampliar o conhecimento sobre o solo, o clima, os novos tipos de cana, a densidade e o espaçamento do plantio dos toletes. Alguns deles, mais dedicados e que melhor assumem essa identidade de criador e guardião desses patamares de tecnologia, são amplamente legitimados e assim reconhecidos pelos produtores de cana. O reconhecimento e a legitimação se traduzem em constantes elogios e referências positivas e em maior demanda pela prestação de serviços.

Essas novas circunstâncias, em que esta presença do tratorista se tornou possível e importante, expressam o conjunto de mudanças por que passa tal atividade agrícola. Esta vai deixando de ser um ofício, cujo exercício está incorporado a um estilo de vida e define a identidade social do produtor, para se tornar uma atividade produtiva submetida a formas de administração possíveis de ser implementadas por posturas e orientações impessoais, profissionais. Menos que uma forma de vida, ela vai se tornando um negócio a ser administrado. Outrossim, tais novas circunstâncias demonstram a circulação de formas de acumulação e concentração de renda, nem sempre passível pela atividade agrícola estrito senso, pois que esta, ao contrário, passou a sustentar inúmeras formas de transferência de rendimento.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A INCLUSÃO DOS EXCLUÍDOS

A organização do mercado propiciada pela especialização na produção de cana e pela mecanização das atividades agrícolas alterou os modos de exclusão dos membros da família considerados improdutivos. Assegurou a inserção das mulheres, antes excluídas da administração do patrimônio herdado. Prolongou o tempo de gestão da unidade de produção pelos produtores idosos. Viabilizou a apropriação do patrimônio pelos filhos que

migravam em momento precedente à sucessão, assegurando-lhe a duploatividade.⁴

Anteriormente, as mulheres viúvas e as solteiras deveriam passar a administração produtiva de sua parcela de terra para um membro da família, filho ou cunhado, no primeiro caso, irmão ou cunhado, no segundo, abrindo mão da maior parte das tomadas de decisão. Por esta forma atual de contratação de serviços, podem assumir a administração coordenada de atos e decisões tomadas por instituições especializadas.

Alguns produtores de cana que, por força de tais condições de produção, passaram a residir fora da região açucareira de Campos, estabelecem contratos de parceria com tratoristas, transferindo-lhes a execução de todas as tarefas e a observação e guarda da propriedade. Assim, os tratoristas propiciam que pequenos produtores de cana se dediquem a outras atividades, até em locais distantes da propriedade, ou não dominem totalmente as técnicas agrícolas, porque o saber do produtor agrícola importa menos que o deles. Por outro lado, tais produtores asseguram ao tratorista-parceiro o contrato de exclusividade nos serviços prestados e o aumento da renda.

⁴ Para se avaliar a importância da participação dos produtores mais idosos na gestão da unidade de produção, apresentarei abaixo alguns dados censitários. A análise comparativa não me foi possível, em face da ausência deste tipo de desagregação de dados por idade, em outros censos demográficos. O fenômeno aqui analisado, contudo, não tem expressão especial pelo caráter quantitativo. Indica apenas que boa parte dos produtores idosos mantém o controle do patrimônio produtivo.

Faixa de Idade	Total	Urbana	%	Rural	%
0 a 9	101.261	77.053	20	24.208	23
10 a 14	53.732	40.865	11	12.867	12
15 a 19	47.422	36.306	10	11.116	10
20 a 29	86.507	68.384	18	18.123	17
30 a 39	69.588	56.188	15	13.400	13
40 a 49	48.012	38.030	10	9.982	9
50 a 59	35.179	27.626	7	7.553	7
60 a 69	24.391	18.887	5	5.504	5
70 a 79	12.394	9.566	3	2.828	3
80 e mais	4.765	3.713	1	1.052	1
Total	483.521	376.618	100	106.633	100

Fonte: IBGE (1990).

É importante ainda salientar que não alteram estas condições de administração do patrimônio se o produtor estiver habitando na área rural ou urbana. Em qualquer caso, se o produtor é idoso, ele vai optar pela exclusividade do cultivo da cana.

A alternativa de incorporação desses filhos antes excluídos ampliou bastante o número de produtores e colocou limites ao processo de concentração da propriedade da terra. Outrossim, ao viabilizar o cultivo da cana pela pequena produção e valorizar o preço da terra, este processo de modernização assegurou a construção de atitudes que contemplam a reprodução simples diante da impossibilidade da reprodução ampliada.

Fatores e interesses diversos convergiram no sentido de cada vez mais reproduzir as equipes especializadas de trabalho e constituir o tratorista num dos principais agentes econômicos desta produção social. A forma de organização deste mercado de trabalho e de serviços viabilizou a manutenção da pequena propriedade associada a outra atividade produtiva, tanto na região como fora dela. O aumento do rendimento propiciado pela duploatividade estimulou o consumo improdutivo. A expansão de formas diversas de consumo improdutivo permitiu a transformação de uma série de atividades de autoconsumo em atividades mercantis. Enfim, foi consagrada a postura dos agentes econômicos que definem a duploatividade como uma racionalidade social e como um recurso de melhoria das condições de reprodução.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A REORDENAÇÃO SOCIAL DA VELHICE

Em virtude de as tarefas agrícolas realizadas anteriormente à mecanização serem consideradas pesadas, especialmente o corte, o embarque e o transporte de cana, os produtores, na medida em que iam adquirindo mais idade e podiam contar com os filhos para substituí-los, transferiam para estes as tarefas agrícolas. Este fato implicava o enfrentamento de tensões internas entre os membros da família. O chefe da unidade familiar perdia em força física mas não em força moral. Os filhos, a despeito de realizarem todas as tarefas, deviam estar a ele submetidos. O fato de o pai abrir mão da autoridade enquanto chefe da exploração não implicava a mesma atitude enquanto chefe da família. Ele continuava a dispor da autoridade porque era o gestor do interesse coletivo e das modalidades de transmissão e sucessão do patrimônio.

Entre os produtores de cana mais diretamente vinculados às tarefas produtivas, a mecanização das atividades agrícolas propiciou o prolongamento de sua permanência enquanto membro produtivo. A definição

social da “velhice” – antes demarcada pelo momento em que a diminuição da força física não mais permitia trabalhar mas ajudar – foi alterada. Limitados ao trabalho de gestão, os produtores de cana puderam manter por mais tempo o patrimônio indivisível. Ampliando o tempo que exercem sua força moral, os pais, ainda que idosos, por esta presença, desqualificam parte da luta pelo poder entre gerações. Postergam o reconhecimento do sucessor e as tensões provocadas pela distribuição de posições sociais e de privilégios no acesso ao patrimônio.

Se um dos filhos permanece, diante das limitações da ajuda familiar, geralmente se instala através da dedicação ao trato com os animais e com os instrumentos mecanizados, que criam para ele outras alternativas de obtenção do rendimento. Os demais filhos devem buscar a alternativa do assalariamento. No caso da redistribuição igualitária da terra mediante o uso produtivo, os filhos dificilmente podem se manter apenas como fornecedor de cana. A especialização no cultivo de cana não sustenta a autonomia do herdeiro diante da subdivisão real do patrimônio em áreas de terra muito pequenas.

O uso da terra associado a outra atividade acarretou a diminuição de sua oferta, enquanto mercadoria, e o aumento do seu preço. O deslocamento dos filhos para outras atividades e, por consequência, a expansão das redes de relações sociais, alteraram as regras do mercado matrimonial. As alianças matrimoniais não são, como outrora, preferencialmente restritas aos produtores de cana. Por tudo isto torna-se difícil a anexação de parcelas herdadas. Em consequência, o pai ou chefe da unidade não se vê compelido à construção de projetos que assegurem a acumulação ampliada do patrimônio.

Assim como os filhos adquirem mais autonomia de emprego de tempo, de recursos financeiros, de opção de casamento, os pais dispõem de mais liberdade para construir projetos menos voltados para atendimento dos interesses dos potenciais herdeiros. Estão mais à vontade para decidirem sobre a organização da produção e o destino da aplicação do rendimento, porque também menos questionados pelo grupo familiar.

Engajados na reprodução simples do patrimônio e de seu *status*, os pais rejeitam a incorporação de novos investimentos ou de mudanças técnicas, instituídas segundo a racionalidade da reprodução ampliada. Reagem à incorporação de investimentos técnicos anunciados pelas instituições de difusão de tecnologia, demonstrando, argumentativamente, sua irraciona-

lidade social. Por esta posição legitimadora das opções possíveis aos modos de gestão que põem em prática, eles reafirmam seu saber, sua autoridade e a sua identidade de fornecedor de cana. Como eles são depositários de experiências diversas no decorrer do tempo e viveram várias situações de mudança, são ainda responsáveis pela sistematização de um saber mais totalizante e mais relativizante. Podem contar com parâmetros mais amplos para reflexão, comparação e críticas, decorrentes da inculcação de vivências diversas.

Além do poder de resistência e oposição, resultante da situação que eles desfrutam, vale ressaltar a relativa eficácia das interferências externas. O destino das políticas agrícolas⁵, a raridade com que os recursos são oferecidos, o privilegiamento institucional da distribuição desses recursos para os grandes proprietários e os efeitos relativos das ações dos técnicos agrícolas e das instituições às quais estão filiados asseguram que a maioria dos produtores seja menos atingida por influências externas. Esses produtores são menos alcançados pelos fluxos e refluxos de certas medidas governamentais, pelas variações das taxas de juros e pela incorporação imediata de "novas" tecnologias.

As análises das mudanças na agricultura tendem a generalizar o envelhecimento dos agricultores e as consequências da modernização. Contudo, no caso aqui considerado, eles constituem um segmento importante, mas representam uma das muitas alternativas presentes no campo das atividades produtivas. Eles não são os únicos depositários de desconfianças em relação às inovações. O jogo de concorrência é parte da aplicação ou da proposição de novidades para as atitudes e os projetos de vida. As desconfianças ou resistências em relação a determinadas técnicas agrícolas não podem ser analisadas por elas mesmas. Elas expressam, quase sempre, limitações sociais, estruturais, institucionais e financeiras em sua utilização, reafirmando sua destinação precípua aos grandes produtores.

Os produtores de cana atuam a partir de um jogo de forças em que eles devem desenvolver uma série de estratégias da posição de subordinado, sujeito a regras que nem sempre conseguem controlar. As inconstâncias das

⁵ Utilizo o termo 'técnico agrícola' para me referir ao conjunto de profissionais de formação universitária e especializada que se dedica ao trabalho de vulgarização dos conhecimentos técnicos destinados aos produtores agrícolas. Ver Neves (1985).

políticas agrícolas, as alterações sistemáticas das regras que orientam as relações de mercado e a oferta de crédito, o tabelamento do preço da cana, que os impede de transferir o aumento de custos, e o domínio das usinas, que lhes impõe formas específicas de apropriação temporária de parte da renda ou do rendimento, todos esses fatores conduzem-nos a “não entrarem de cabeça” nessa atividade produtiva. Manter-se nela, muitas vezes, implica a criação de retaguardas ou sua secundarização frente a outras alternativas econômicas. Orientam-se assim pelo controle dos riscos calculados, pela criação de estratégias para circulação da renda ou do rendimento em outras formas de remuneração do capital ou do dinheiro e pela eliminação de situações que possam vir a ameaçar o patrimônio.

A conciliação de interesses diversos, em muitos casos, conduz à secundarização da atividade agrícola, que só dessa posição é vista como viável. Este é o caso de boa parte dos produtores que opta pela manutenção de uma produtividade baixa em favor da dedicação à outra atividade, da migração e da oferta de alternativas de acesso à instrução ou inserção pelos filhos no mercado de trabalho urbano. As possibilidades de os filhos adquirirem outra profissão e se libertarem da dependência da atividade agrícola apresentam-se para muitos deles como um dos motivos que orienta suas condutas econômicas e a racionalidade da produção.

Muitas das alternativas tecnológicas negadas pelos produtores também estão fundamentadas nas condições específicas em que ocorrem as relações deles com os trabalhadores. Subordinados às mesmas circunstâncias, os trabalhadores lutam pelo acesso aos direitos, pressionando tais empregadores para obtenção do contrato formal de trabalho. Os produtores tentam minimizar os custos com a mão-de-obra, diminuindo ao máximo o tempo de uso e o valor do salário, especialmente pela ilegalidade do vínculo de trabalho. Relutam em pôr em prática atividades que impliquem o uso contínuo da força de trabalho, já que essa forma de utilização limita sua alternativa de não-pagamento dos direitos. Impondo um valor de salário continuamente negociável e sob circunstâncias políticas favoráveis aos produtores, dada a concorrência concentrada pela busca do vínculo empregatício por parte dos trabalhadores, os primeiros podem transferir para os segundos uma parte do ônus que lhes cabe diante de aumentos do custo da produção.

A TRANSMISSÃO E A SUCESSÃO: A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO AGRICULTOR

Pela exclusão dos filhos, impingidos à integração em outra atividade remunerativa, boa parte de tais agricultores idosos passou a vivenciar situações críticas no momento da sucessão do patrimônio. Todavia, tanto a saída dos filhos como a permanência do pai são expressões de um mesmo conjunto configurativo de fatores. Elas resultam de uma série de transformações na recomposição do espaço agrícola, das múltiplas atividades que aí vão se integrando e da redefinição do papel do agricultor. A redução das atividades agrícolas e a adoção de certas formas de racionalidade no uso da força de trabalho têm propiciado a agricultores novos ou velhos outras modalidades de uso do tempo. A formação dos filhos visando à preparação do uso da duploatividade tem orientado o investimento dos pais, seja no alongamento do tempo de estudo, seja na instalação de atividades autônomas ou na oferta de condições para o aprendizado de um novo saber. Cada vez mais a agricultura tem sido considerada pela perspectiva da baixa rentabilidade e do encarceramento de alternativas de melhoria do rendimento.

Tanto a socialização dos filhos em outras atividades produtivas ou em outras redes de relações, como sua alternativa de acesso à sucessão do patrimônio, quando outra trajetória de vida já se encontra por ele definida, têm criado formas especiais de reinserção ou de auto-exclusão. Alguns deles, valendo-se da prestação de serviços pelo tratorista, aguardam o momento da aposentadoria, quando vislumbram uma vida idealizada por múltiplas metáforas de reencontro com as raízes. O patrimônio é assim valorizado como prêmio para o período pós-trabalho em outros ramos de atividade.

Outros deles, instalados sob condições diversas, desinteressam-se pela inserção na atividade agrícola ou a integram mediante a pluriatividade. A racionalidade social e econômica aí em jogo se sustenta nesta possibilidade de articulação, desconsiderando a reprodução ampliada da atividade agrícola vis-à-vis ao controle de fontes diferenciadas de composição do rendimento. Por conseguinte, os efeitos fazem-se sentir em dois planos. Em termos gerais, pelos níveis de produtividade alcançados por esta produção social. Em termos da unidade de produção, estrito senso, pela secundarização da atividade agrícola. Esta passa quase sempre a adquirir um caráter complementar, tanto em opções de investimento de tempo, como em construção da identidade do sucessor.

Outros preferem vender o patrimônio, respondendo ao processo – paralelo ou coadjuvante – de urbanização das áreas anteriormente rurais. Cada vez mais os povoados vão se ampliando e os diversos agentes sociais aí presentes vão investindo na autonomia residencial, articulada ao acesso aos serviços escolares, médicos e de transportes. Poucos são os casos em que as propriedades administradas por agricultores velhos, após sua morte, engrossam a área das grandes propriedades, também presentes na região açucareira de Campos.

Portanto, estas opções diversas nem sempre estão ligadas apenas ao fato de o pai se negar a investir na constituição de atividades viabilizadoras da construção da autonomia e do atendimento do desejo dos filhos. Elas quase sempre estão também ligadas ao volume de meios de produção que a unidade controla, impossibilitador da subdivisão da área para usos diversos.

Tais opções podem também derivar da recusa dos filhos sucessores em reproduzir as condições de vida dos pais. A manutenção da gestão da unidade de produção pode exigir dos produtores mais idosos um enorme empenho no sentido de zelar pelo patrimônio, quase sempre herdado. Portanto, a presença dos produtores idosos pode revelar um processo crítico de construção da identidade do agricultor, negada pelos sucessores diante de alternativas mais imediatas de constituição da autonomia financeira e moral.

Por fim, a presença dos agricultores rurais idosos revela também outros modos de expropriação do produtor agrícola, muito distantes dos modelos clássicos de endividamento e de impossibilidade de reprodução da família ou de expulsão de modos de subordinação pessoal que asseguravam o acesso à posse do solo. A expropriação dos filhos é, nesta vertente aqui analisada, administrada pela família no momento em que estes devem ser reconhecidos como mão-de-obra produtiva, mas devem ser encaminhados para o mercado de trabalho. A expropriação das condições de formação deste jovem agricultor é mais acirrada nos casos em que a vinculação ao mercado de trabalho pressupõe a migração. Portanto, este processo de decomposição dos produtores agrícolas fundamenta-se muito mais na eliminação massiva dos herdeiros ou dos sucessores potenciais, que são impelidos ou escolhem o êxodo rural e a inserção no mercado de trabalho industrial ou urbano como um novo modo de vida.

REFERÊNCIAS

- BETEILLE, R. *La crise rurale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- CHAMPAGNE, P. *La restructuration de l'espace villageois*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.3, 1975.

- CHAMPAGNE, P. *Élargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*, Paris, n.3, INRA, 1986.
- CHAMPAGNE, P.; MARESCA, S. *Sucession ou installation. Actes et Communications*, Paris, n.2, INRA, 1987.
- IBGE. *Censo Agropecuário 1985*. Rio de Janeiro: 1985.
- IBGE. *Censo Demográfico 1990*. Rio de Janeiro: 1990.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin Éditeurs, 1990.
- NEVES, D.P. *Crescentes e mingüantes; estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. Dissertação de Mestrado. Mimeo.
- NEVES, D.P. *Por trás dos verdes canaviais; estudo das condições sociais de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores agrícolas e usineiros*. Niterói: EDUFF, 1983.
- NEVES, D.P. *A diferenciação sócio-econômica do campesinato*. In: *CIÊNCIAS Sociais Hoje*, 1985. São Paulo: ANPOCS/Cortez Ed., 1985.
- NEVES, D.P. *Mudança tecnológica e emprego*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1986. p.86-103. Texto apresentado no Seminário *Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate*
- NEVES, D.P. *Engenho e arte; estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na região açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Tese de Doutorado.
- NUMBERG, B. *Mudança estrutural e política do estado: a política do açúcar no Brasil pós-64*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.211-251, 1985.